

## AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS ESTUDOS DE GÊNERO NA DISCUSSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Amanda Ribeiro Bezerra <sup>1</sup>

### RESUMO

O trabalho tem como objetivo compreender as contribuições das representações sociais e os estudos de gênero para a Geografia e, ainda, para as discussões que envolvem o conceito de espaço como abordagens capazes de entender as vozes de pessoas silenciadas. A discussão de gênero se faz presente ao considerar as mulheres trabalhadoras domésticas, vítimas de violências domésticas, e suas representações sociais do espaço da casa. Considera-se que as identidades do “estar mulher” são transpassadas pelas questões de gênero, raça/etnia, classe social, sexualidade, geração, religião, localização geográfica e entre outros elementos que impactam as identidades sociais. Se discute como as violências produzem efeitos e cicatrizes na vida de mulheres, modificando suas relações socioespaciais. A metodologia está definida no uso de entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres trabalhadoras domésticas, vítimas de violências, em São Luís (MA), utilizando, ainda, fontes secundárias, como pesquisas publicadas em artigos científicos e livros, para sustentar o debate teórico. Temos como horizonte que o trabalho ofereça novos debates para como as representações sociais, atreladas às discussões geográficas, podem expor as representações das mulheres e como a casa constitui-se enquanto espaço dicotômico.

**Palavras-chave:** Representações sociais, Gênero, Mulheres, Espaço, Casa.

### ABSTRACT

The aim of this paper is to understand the contributions of social representations and gender studies to Geography and also to discussions involving the concept of space as approaches capable of understanding the voices of silenced people. The discussion of gender is present when considering women domestic workers, victims of domestic violence, and their social representations of the space of the home. It is considered that the identities of "being a woman" are crossed by issues of gender, race/ethnicity, social class, sexuality, generation, religion, geographical location and other elements that impact on social identities. We discuss how violence produces effects and scars in the lives of women, changing their socio-spatial relations. The methodology is defined by the use of semi-structured interviews carried out with women domestic workers, victims of violence, in São Luís (MA), while also using secondary sources, such as research published in scientific articles and books, to support the theoretical debate. We hope that the work will offer new debates on how social representations, linked to geographical discussions, can expose women's worldviews and how the home is constituted as a dichotomous space.

**Keywords:** Social representations, Gender, Women, Space, Home.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, [amandaribeiro@hotmail.com](mailto:amandaribeiro@hotmail.com);

O artigo apresenta as contribuições do debate em torno das representações sociais sobre o espaço geográfico, trazendo a abordagem de gênero na Geografia para o panorama dessa análise. O objetivo do trabalho é refletir sobre o uso das representações sociais pela Geografia como abordagem capaz de entender as vozes de pessoas silenciadas, demonstrando suas apreensões do mundo que as rodeia. A discussão de gênero se faz presente ao considerar as mulheres trabalhadoras domésticas, vítimas de violências domésticas, e suas representações sociais do espaço da casa<sup>2</sup>.

A pesquisa utiliza fontes primárias, a partir de entrevistas com mulheres trabalhadoras domésticas vítimas de violências em São Luís, Maranhão, e secundárias, como pesquisas publicadas em artigos científicos e livros. Analisamos que a interdisciplinaridade da teoria das representações sociais, que nasce da Psicologia Social, com a Geografia traz à tona experiências sociais que são atravessadas por questões de gênero, raça e etnia, classe social, sexualidade, geração, localização geográfica e entre outros elementos que impactam as identidades sociais e influenciam suas relações socioespaciais.

Discutimos o impacto das violências, como estas modificam as relações socioespaciais de suas vítimas, e como o espaço da casa, principal local onde ocorrem as violências contra as mulheres, é representado por elas como um espaço dicotômico: segurança e tranquilidade *versus* aversão e medo. Ressaltando a importância da abordagem de gênero na Geografia, consideramos que as representações sociais enriquecem as análises geográficas que se empenham em discutir a produção do espaço. Tais estudos não apenas ampliam o debate, mas fomentam pesquisas que discutem a complexidade e diversidade das opressões e como se inserem nas realidades de indivíduos e grupos minoritários, influenciando suas maneiras de existir, construir e perceber os espaços.

**Formato: o arquivo deverá ser anexado no formato PDF, com tamanho máximo de 2MB. O uso do papel timbrado da edição atual do evento é obrigatório. O modelo é disponibilizado no site do evento para download.**

## **METODOLOGIA**

Fazemos uso, como instrumentos de pesquisa, da análise material e documental, disponível em livros, artigos e outros documentos e relatórios, realizando uma revisão sistemática sobre o tema das violências contra as mulheres, das trabalhadoras domésticas, do

---

<sup>2</sup> O artigo é resultado do projeto de pesquisa de doutorado, ainda em andamento. A pesquisa tem financiamento do projeto de Bolsa de Demanda Social da CAPES.

conceito geográfico de espaço e do papel da casa para as representações sociais femininas. Além disso, para compreender as representações sociais da casa, realizamos entrevistas com mulheres trabalhadoras domésticas, vítimas de violências, em São Luís, Maranhão.

Consideramos os estudos de Fraser e Gondim (2004) que compreendem como técnica a relação entre entrevistador e entrevistado, valorizando o uso da palavra, símbolos e signos que perpassam as relações humanas. Reconhecendo por meio da entrevista a possibilidade de discussão de situações e vivências pessoais, compartilha-se nesta análise o entendimento feito pelos autores de que a multiplicidade de abordagens oferecidas dentro da entrevista proporciona um efeito enriquecedor para a pesquisa científica.

Por estarmos lidando com mulheres que têm processos nas Varas do Trabalho e/ou de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, optamos por manter suas identidades sob anonimato, não apenas em razão dos processos terem característica sigilosa, mas, ainda, como forma de preservar sua segurança e impedir possíveis assédios. As entrevistas trazidas neste artigo foram realizadas nos meses de Dezembro/2022 e Janeiro/2023 no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas (Sindoméstico Maranhão), contando com a fala de mais de 20 entrevistadas, aqui sendo apresentadas apenas 4, que nos possibilitaram apreender suas representações sociais da casa.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A ideia de discutir o espaço geográfico é uma tentativa de retomar o debate teórico e reafirmar a necessidade de abandonar o uso recorrente do conceito apenas enquanto área delimitada ou, ainda, como um palco para as ações humanas, por muito tempo concebido pela Geografia Tradicional. Neste trabalho consideramos o espaço geográfico como um produto social que sofre modificações ao longo do tempo e, ao mesmo tempo que é modificado, é capaz de influenciar as experiências e compreensões de indivíduos e grupos, bem como suas relações cotidianas (SILVA; COSTA, 2022; SANTOS, 2017).

Deste modo, de acordo com Moreira (1982), o que leva às modificações e transformações nos espaços são os modos como a sociedade se relaciona com eles. Suas apreensões e usos dos espaços ocorrem de maneiras diferentes ao longo do tempo, muito em razão das técnicas desenvolvidas e do trabalho humano, que não serão os mesmos. Assim, conseguiremos notar nos espaços não apenas os arranjos históricos e culturais, mas também as características econômicas, políticas e étnicas graças às relações sociais que ali ocorreram.

Para Claval (1983), o espaço deve ser compreendido pela forma como é vivido, devendo levar em conta as percepções que a sociedade tem sobre o espaço. Essa visão centra o estudo do conceito a partir das influências que as práticas, os conhecimentos, as atitudes e crenças impactam nas apreensões dos espaços, desde a forma como são adquiridos e transmitidos entre as gerações até como influenciam na construção dos espaços ao longo do tempo.

Destarte, discutir o conceito de espaço geográfico deve levar em consideração as contradições inseridas na sociedade, pois suas relações com os espaços os modificam e são por ele modificadas (LEFEBVRE, 2000). Ratts (2004) assevera que a Geografia deve ter um olhar sensível para como categorias estruturantes das relações sociais, como a identidade cultural, étnica ou racial, de classe, gênero, sexualidade, religião e outras, oferecem possibilidades de discutir a dinâmica dialética dos espaços.

Silva e Costa (2022) discutem sobre como as interações sociais produzem nos espaços as suas subjetividades. Nesse sentido, avaliamos que essas interações serão diferentes quando realizadas por homens ou mulheres. As diferenças nos usos dos espaços, nas interações e atividades sociais, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou outras, serão significativas, perceptíveis nas práticas cotidianas. Em razão disso, a forma como os indivíduos e grupos vivem e constroem a própria sociedade será visível nos espaços, sobretudo nas frações criadas através das segregações espaciais e sociais.

A ideia de transversalidade proporcionada pelos estudos das relações de gênero toma como base os estudos de Maria Dolors Garcia-Ramon (1989) que afirma que os estudos de gênero estão relacionados às apreensões culturais e, por isso, têm a capacidade de unificar as discussões que considerem os elementos sociais. As discussões proporcionadas por tal conceito conseguem expor como as relações simbólicas e econômicas são perpassadas por redes de poder em várias escalas espaciais e temporais, o que confere aos estudos geográficos o pluralismo das relações sociais, ao considerar as diversidades e diferenças.

No Brasil, um dos principais nomes que discutem as relações de gênero na Geografia é Joseli Maria Silva (2003). A autora afirma que o uso do conceito de gênero como categoria na análise geográfica é capaz de promover, ao mesmo tempo, explicações sobre a produção do espaço, bem como quebrar com perspectivas dominantes. Em seus estudos, nota-se uma proximidade com os estudos de Butler (2018) e suas considerações de que o gênero é culturalmente construído, resultado dos significados culturais assumidos pelo corpo sexuado. Ao considerar que o gênero não deve ser confundido com a estabilidade do sexo binário, Butler (2018) sustenta que o gênero se posiciona contra o determinismo em torno dos significados construídos culturalmente e inscritos em corpos anatomicamente diferenciados.



Assim, o gênero deve ser considerado como fenômeno inconstante e contextual, em permanente transformação, em que a utilização desse conceito amplia a discussão sobre as relações sociais no espaço, ao incluir pessoas que não se enquadram no binarismo sexual naturalizado. Butler (2018) afirma que o gênero depende de práticas que o constituam, de modo que é capaz de ter múltiplas convergências e divergências, em razão de estabelecer interseções com modalidades raciais, de classe, étnicas, sexuais e regionais.

Também Butler (2018) deixa claro que, quando falamos de gênero, devemos considerar que as violências que ocorrem contra o corpo são formas de estabelecimento do poder patriarcal. No anseio de querer perpetuar a família heteronormativa e os papéis tradicionais de gênero, as pessoas que praticam violências, em especial contra as mulheres, reproduzem o androcentrismo e o patriarcalismo. Deste modo, serão principalmente as mulheres as mais relegadas à submissão e invisibilização. Acreditamos que a misoginia, racismo, homofobia e outros preconceitos ante às características identitárias se ligam ao patriarcado por extraírem um senso de superioridade, privilégio e poder social a apenas uma parte da população.

A partir dessa compreensão de gênero, Silva (2003) considera que a Geografia deve romper com a tradição que privilegia dados quantitativos e discussões espaciais que coloquem as relações sociais em um espectro generalista, com vistas a atingir uma suposta neutralidade. Para a autora, também discutir apenas do ponto de vista da geografia economicista marxista, que coloca a mulher sob a ótica da sociedade capitalista patriarcal, é insuficiente. Para Silva (2003), a abordagem de gênero enquanto objeto de estudo, e da mulher enquanto sujeito social, oferece possibilidades de debater questões de relações de poder e hierarquia que expõem como assimétricos o desenvolvimento socioespacial.

Autoras como Silva (2003), Lan (2009) e Bezerra (2021) destacam as diferenças de como homens e mulheres concebem os espaços e sustentam que tanto o acesso físico aos espaços como as barreiras simbólicas, a exemplo de olhares ameaçadores ou indagadores, influenciam como os indivíduos utilizam os espaços, impõem ordenamento de usos destes e legitimam a apreensão desigual. Assim, considerar o espaço do ponto de vista das discussões de gênero nos permite compreender que a história dos espaços também envolve a força, tanto física quanto simbólica. Acrescenta-se, ainda, elementos como a sexualidade, raça, etnia, religião, classe social e teremos espaços cujas construções apresentam-se complexas com variadas articulações e dimensões.

Conforme Gillian Rose (1993), por que os sujeitos são múltiplos, seus comportamentos, funções e trajetórias marcarão os espaços por diversas nuances. Ao tomarmos as mulheres como sujeitas que produzem espaços, o vivenciam e reorganizam, espaços como a casa, o local de

trabalho, de lazer ou mesmo a rua serão perpassados por significados e signos, resultado dos diferentes interesses, motivações, necessidades, e maneiras de existir, construir e perceber os espaços, que se ligam ao modo como o gênero é construído e influenciado pela sociedade e cultura.

De acordo com Bezerra (2021), a casa pode ter diferentes significados: pode ser um espaço de abrigo e segurança para mulheres que vivenciam ou veem espaços públicos como inseguros e violentos; como um local de bem-estar e tranquilidade para as que moram sozinhas ou dividem o lar com familiares e amigos com quem têm relações de afeto positivas; um espaço visto como local de cansaço para aquelas que são unicamente responsáveis pela renda familiar, tarefas domésticas e cuidados com filhos ou parentes que demandam atenção especial; e, por fim, pode denotar tristeza, medo, perseguição e opressão para aquelas que vivenciam relacionamentos abusivos. Essas representações podem ser criadas e construídas para o mesmo espaço, mas vivenciadas em momentos diversos.

Nas concepções do antropólogo Roberto DaMatta (1997), a casa será estudada a partir da dualidade entre espaço geográfico e esfera de ação social, dotada de códigos morais e éticos, valores, emoções e, sobretudo, de domínios culturais institucionalizados, capazes de influenciar atividades e sentimentos. De acordo com o autor, a depender dos espaços (a rua ou a casa, em seu exemplo), as pessoas tendem a modificar seus discursos e comportamentos e, é geralmente na casa, onde os comportamentos em sua maioria são marcados por um “conservadorismo palpável, sobretudo se [for] um homem casado e falando de moral sexual diante de suas filhas e mulher” (1997, p 32).

Essas relações de poder, exacerbadas pelo peso sociocultural e pelas características identitárias como o gênero, raça, classe social, sexualidade, geração e entre outros, conseguirão influenciar em mudanças de condutas, atitudes, gestos, assuntos, roupas e papéis sociais das pessoas, no que DaMatta (1997) chama de éticas duplas, que seriam os códigos ou símbolos que norteiam as ações humanas, mas que só seriam válidas para algumas pessoas, em certas situações e ações. Apesar destes fatores, o autor ainda considera a casa como um lugar caracterizado por relações de afeto, amor, carinho e calor humano, um local que representa calma e descanso, segurança e hospitalidade.

A geógrafa Linda McDowell (2000), analisando as relações entre Geografia e gênero, parte da compreensão dos papéis socioculturais definidos para homens e mulheres para mostrar como a casa pode ser um lugar de opressão feminina. Levando em consideração que os espaços têm variados significados e representam distintas relações de poder que variam com o tempo, a autora afirma que o espaço da casa é um lugar territorialmente circunscrito em razão das

construções sociais: como as ideias relativas à gênero são criações da sociedade, os comportamentos que ocorrerão nesses espaços serão variados segundo os diferentes sujeitos e, para as mulheres, pode significar opressão em razão das tarefas a elas destinadas.

De acordo com Saffioti (2013), a construção cultural de papéis, tarefas e funções para o que a sociedade definiu como o ser homem e o ser mulher, destinou à figura feminina a responsabilidade pela reprodução social do lar, sendo esperado dela práticas cotidianas de cumprimento dessas obrigações, a exemplo do cuidado da casa, dos filhos, do marido e outros membros da família, a criação de refeições, limpeza de roupas e entre outros deveres que instituem à mulher a vivência e a ligação ao espaço da casa. Por mais que esse modelo não seja universal para todas devido às questões de classe social, raça e entre outros, a casa ainda é atrelada enquanto espaço naturalmente determinado às mulheres.

Essa divisão sexual dos papéis sociais e dos espaços, para McDowell (2000), relegará às mulheres exaustivas horas de trabalho na casa e, mesmo que tenham empregos formais, ficando horas distantes do ambiente doméstico, suas responsabilidades no lar não se dissiparão, de modo que ao retornarem para suas casas ao final do expediente ou mesmo antes de saírem para seus serviços, realizarão uma “segunda jornada de trabalho”, talvez até mais árdua, com a diferença que esse trabalho não é remunerado e, em muitas vezes, é realizado de modo solitário. Em consequência disso, para a autora, a casa poderá significar um espaço de impossibilidade de lazer e descanso.

Autoras como Colombara e Pelizzari (1999), Peixoto (2018), Bezerra (2021) e entre outras atentam para como, a partir da problemática da violência de gênero, a casa será composta por signos e significados diferentes daqueles apresentados até então. Peixoto (2018) e Bezerra (2021) sustentam que, apesar da violência ser um fenômeno banalizado na sociedade, é também espacialmente dividido, pois as taxas de violências que vitimizam homens estão associadas à “violência pública”, relacionadas ao consumo de álcool e drogas, associação ao tráfico, acesso a armas de fogo, brigas casuais, direção veicular perigosa, intervenções policiais e entre outros fatores (FBSP, 2022).

Enquanto isso, as mulheres são vítimas, majoritariamente, das violências exacerbadas pela cultura machista e patriarcal perpetradas pelos pais, filhos, parentes próximos ou companheiros afetivos, que ocorrem, em geral, no ambiente privado. De acordo com Saffioti (2013), a maior exposição de mulheres à violência doméstica está relacionada à divisão sexual dos espaços por que o espaço público ainda é masculino, expondo os homens à maior probabilidade de serem alvos de violências públicas, entretanto, ao contrário da violência

praticada no espaço público, a violência que ocorre nos espaços privados da casa incide sempre sobre as mesmas vítimas, tornando-se corriqueira.

Essa abordagem, que traz à superfície as violências que ocorrem na casa em relações parentais, todavia, não considera a casa do outro. Para as mulheres trabalhadoras domésticas, as violências que ali ocorrem não estão propriamente vinculadas à essa relação público-privada cristalizada nas relações de parentesco. Pelo contrário, são atravessamentos de ordens estruturais da sociedade de forma mais ampla, visto que essas mulheres, como prestadoras de serviços, sofrem violências fruto da estrutura violenta brasileira. As características históricas e culturais do país, desta forma, refletirão na mulher e nas violências perpetradas contra elas, influenciando em suas relações no mundo.

A natureza patriarcal da sociedade ocidental, afirma Susan Okin (2008), tem especial peso nas configurações dos espaços públicos ou domésticos. Para a autora, as experiências pessoais, dependendo de qual seu sexo, serão distintas em razão de vivermos em sociedades estruturadas por relações de gênero. Não apenas o gênero, para Saffioti (2016, p. 131), há uma complexa imbricação das questões de gênero, etnia e classe social, especialmente quando analisados os casos de violências contra empregadas domésticas, pois são “vítimas de violências (...) cometidas por seus patrões, e afilhadas(os) e agregadas(os), vivendo parcial ou integralmente no domicílio no qual o agressor é o *pater familias*”.

Em contínua oscilação, a casa poderá constituir inúmeras configurações sociais e territoriais, permanecendo continuamente redesenhada, redefinida e transformada. Assim, considerar o conceito das representações sociais se faz necessário, pois este, como produto da interação e da comunicação, será constituído pelo sistema de valores, ideias e práticas que possibilitarão aos sujeitos elaborar, controlar e se orientar no seu mundo material e social. Ou seja, sua vida cotidiana, suas percepções, noções e opiniões influenciarão na maneira de pensar e agir na construção social da realidade (MOSCOVICI, 2007).

A Teoria das Representações Sociais foi pensada pelo psicólogo social Serge Moscovici em 1961 com o texto “La psychanalyse, son image et son public”. Como uma proposta de renovação da psicologia social, a teoria quebra com a perspectiva individualista amplamente utilizada para considerar que, além dos comportamentos individuais, os fatos sociais eram capazes de influenciar na construção das realidades sociais de cada pessoa. O foco na sociedade presente busca assim compreender como as mudanças pelas quais a sociedade passa são capazes de penetrar na vida cotidiana e modificar suas apreensões, tornando-se parte da vida comum (MOSCOVICI, 2007).



As representações sociais, segundo Serge Moscovici (2007), é o estudo do senso comum e do cotidiano social, em como os indivíduos e o coletivo estão cercados por palavras, ideias, imagens, enfim, símbolos e signos impostos pela cultura, que intervêm nas atividades humanas. Desta forma, o autor destaca que as representações sociais possuem duas funções: primeiramente, elas convencionalizam objetos, pessoas ou acontecimentos. Criam-se divisões, convenções e categorias que definem modelos que devem ser compreendidos por todos de igual forma, desde o que representam as cores das luzes dos semáforos à quais funções e papéis definidos como naturais para homens e mulheres.

Essa característica, de acordo com Moscovici (2007) será tão impactante em nossa forma de ver o mundo que não conseguiremos libertar-nos de todas as convenções e preconceitos estabelecidos na sociedade. A segunda função define as representações enquanto prescritivas, ou seja, remete às concepções já definidas e como influenciam nossa forma de pensar. Nada é inédito ou novo, o pensamento depende das representações que temos ou não de algo, resultado das diversas elaborações de conceitos ou ideias transmitidas ao longo do tempo e das gerações. Assim, as experiências e ideias do passado continuam modificando as experiências, percepções e pensamentos atuais.

Jovchelovitch (2008) afirma que as representações sociais são simbólicas e sociais, construídas por sujeitos que desejam, sentem e pensam e se relacionam com outros seres humanos, utilizando de signos e símbolos para dar sentido ao mundo que os rodeiam. A autora discute como a memória social e a construção de narrativas influenciarão nas identidades e nas experiências sociais e espaciais, suas concepções de pertencimento ao lugar e na vida emocional dos indivíduos. As representações sociais, portanto, dialogarão com os estudos do espaço e das relações de gênero, cujas relações de poder implicarão nas concepções, visões de mundo e representações dos espaços.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A regulamentação recente do trabalho doméstico no Brasil, através da PEC 72/2013 (“PEC das Trabalhadoras Domésticas”) e da Lei nº. 150/2015 é um avanço na garantia de direitos e de melhores condições de trabalho e proteção social de empregadas domésticas. Todavia, em razão dessa profissão ainda ser atrelada a um trabalho feminino e de baixo status social (SAFFIOTI, 2013), além de ser realizado por mulheres de baixo nível de escolaridade e classe social (ÁVILA, 2009; COSTA, 2017) e, em geral, negras (BERTH, 2019), moradoras de bairros periféricos (PEREIRA, 2015) e mães (BEZERRA, 2021), faz com que estas mulheres

sejam interseccionadas por características que incidem agudamente em suas relações com os espaços, como o vivenciam, observam, produzem e o reproduzem.

Muitas mulheres que têm, além de suas atribuições domésticas e laborais, a responsabilidade com a educação e o cuidado com os filhos, revelam o quão dificultoso é para elas as vivências nas cidades. As disponibilidades e localizações de creches e escolas, o traslado e o tempo a ser disponibilizado entre o trabalho e os locais de educação dos filhos (ao buscar ou ao deixar nas escolas), os horários de permanência no serviço e os de folga e entre outras situações mostram que o uso das cidades, permeado pelas construções dos papéis socioculturais de gênero, de raça e etnia, de classe social, geração, espacialização geográfica e outros elementos representativos, influenciam as experiências urbanas destas mulheres, como vemos nos relatos abaixo.

Entrevistada 1: Aaaah, é muito difícil, né. Esse negócio da gente trabalhar longe de casa e ter menino pequeno é ruim, por que com quem deixa? Minha mãe não mora aqui na cidade (São Luís, MA), que a gente é mesmo é do interior, né. Aí não tem com quem deixar... eu mesma já levei uma pá de vezes meus menino pro meu serviço.

Entrevistada 2: Eita, quando eles estavam no colégio era ruim. Por que eu tinha que entrar (no serviço) às 7 (horas) da manhã, aí eu já acordava bem cedo, arrumava as crianças e fazia o café pra gente sair tudo junto. Eu deixava eles na escola e ia pro trabalho. Quando eles eram mais novo eu pedia pra minha patroa preu sair no horário do almoço pra ir buscar eles lá, que aí eu usava minha folga do almoço, ta vendo? Aí eu deixava eles em casa e voltava pro serviço. Mas sempre voltava pro serviço atrasada por causa dos ônibus, né, aí eu tinha que ficar as horas extras até de noite. Mas depois que eles cresceram mais eu disse: olha, vocês vão pegar ônibus sozinhos (...). Aí ficou melhor pra mim, mas no início eu ficava preocupada (risos).

Entrevistada 3: Olha, nunca é fácil né. A gente morava longe da escola deles e de manhã sempre tem muito engarrafamento, né. Eles sempre chegavam atrasados, mas a escola deixava por que eles tem um tempo que permitem se atrasar um pouquinho, né. Ainda bem que eu entrava (no serviço) só às 8 (horas), por que se não... não dava. No início, que eles eram menorzinho, eu levava e buscava eles na escola, pedia pra minha patroa pra sair no horário do almoço, né, e deixava eles em casa. Quando eles cresceram ficou melhor por que aí eles iam e voltavam sozinhos. A gente pegava o mesmo ônibus até o terminal e de lá a gente se separava.

Nas classes mais ricas, o apoio financeiro que as mulheres têm lhes permite que modifiquem a imposição dos papéis segundo seu gênero. De acordo com Saffioti (2013), Biroli (2018), Federici (2021) e entre outros mostram que, geralmente, mulheres de classes mais abastadas poderão repassar o trabalho doméstico que seria de “sua responsabilidade” para empresas especializadas, como as creches, os serviços de limpeza, restaurantes, e também para outras mulheres que oferecem os serviços de faxina e outras variações do emprego doméstico, oferecendo às mulheres ricas a capacidade de ordenar a outrem as funções sociais atribuídas a elas.

Para as mulheres mais pobres, as principais afetadas pelos sistemas de opressão e dominação, o acesso ao mercado de trabalho, muitas vezes, se dá através de empregos subalternizados e de baixa remuneração, caracterizados pelas condições precárias e cujos direitos garantidos são poucos ou mesmo inexistentes. As relações familiares destes grupos que, em sua maioria, encontram-se dependentes economicamente de uma figura masculina no seio familiar, seja o pai, irmão ou o companheiro, as influenciará na busca de um complemento da renda familiar, adentrando no mercado de trabalho em serviços que não colidem com suas “obrigações naturais”.

Flávia Biroli (2018) assevera que, desse grupo, nos casos de mulheres que não têm o apoio financeiro do companheiro ou de familiares com quem convive, são elas as primeiras a buscar trabalho assalariado. Saffioti (2013) observa que, desse universo, a maioria das mulheres não tem escolaridade alta, procurando então por empregos informais e sem carteira assinada. É por esse motivo que a autora expõe que as mulheres pobres são a maioria nos setores de serviços manuais e domésticos, ou seja, trabalhos que, em geral, são menosprezados ou inferiorizados e que não oferecem direitos trabalhistas ou não os oferecem em sua totalidade, como os dedicados aos serviços domésticos.

Em razão do peso sociocultural dos papéis femininos, a sociedade passa a encarar o emprego doméstico como uma atividade subalterna e natural às mulheres, desvalorizando socioeconomicamente tal profissão, historicamente relacionada à informalidade. Por esse motivo nota-se que, mesmo na busca por salários, o trabalho realizado no ambiente doméstico é visto como uma tarefa mesquinha e, por vezes, “fácil”, ideário herdado de que o trabalho da mulher no lar é algo natural de seu ser biológico e, por isso, não necessita da formalidade trabalhista, como vemos nos relatos abaixo.

Entrevistada 1: Eu não sabia fazer nada, tive que trabalhar, né, tem que pagar as conta de casa, que eu não tinha condição, né. Sorte minha que tinha uma família precisando de empregada, aí eles me chamaram e eu comecei a trabalhar com eles... e tô aí até hoje (...).

Entrevistada 3: Assim, eu comecei muito cedo, sabe. Desde meus 13, 14 anos eu tava trabalhando em casa de família, mas antes eu ajudava minha mãe a lavar roupa pra fora. Aí eu fui aprendendo e fui indo (...), mas nessa época eu não ganhava salário, dinheiro, mesmo não. Era uma roupinha que a filha deles não queria mais, era um lanche fora... essas coisas. Hoje que eu sei dos meus direitos que eu tô de carteira assinada, mas antes não queriam assinar não (...) ixe, foi maior dificuldade pra assinarem, mas eu fiz eles assinarem.

Entrevistada 4: Eu e meu marido a gente sempre trabalhou. Antes eu revendia umas roupinhas, ia de casa em casa vender, mas ele sempre trabalhou. Aí depois que a gente se separou só as vendas não tavam dando, aí comecei a trabalhar como empregada, já

passei por um bando de casa e agora tô na casa dessa minha patroa de agora. Mas nunca trabalhei de carteira assinada não, eles não querem assinar a carteira não.

Importante ressaltar que todas as entrevistadas, com ou sem carteira assinada, ao final do expediente e ao voltar para casa, lidavam com o trabalho doméstico em suas casas. Essa atividade, conhecida como “dupla jornada” de trabalho, mostra que mesmo que as mulheres desempenhem uma função remunerada em espaços fora do ambiente doméstico, continua sendo responsabilidade feminina o cuidado da casa e a criação de seus filhos, tornando-as ainda vulneráveis economicamente, pois não conseguirão se profissionalizar ou estarão à mercê do provedor familiar (SAFFIOTI, 2013).

Estando vulneráveis socialmente, pois as dificuldades financeiras, a responsabilização pelos familiares e o ambiente doméstico, os conflitos internos e outros fatores intensificam a vulnerabilidade da mulher, transformando qualquer desavença no seio familiar em fator de risco para violências (COLOMBARA; PELIZZARI, 1999). Nesse sentido, quando nos referimos às violências contra as mulheres tomamos por base as tipificações do Código Penal Brasileiro (Lei nº. 2.848/1940) e a Lei nº. 11.340/2006, conhecida pelo nome de “Lei Maria da Penha”.

Apesar dos avanços legislativos, a violência contra as mulheres ainda cresce na sociedade brasileira, como constatada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) que indica como o número de registros de violência no Brasil tem aumentado a cada ano e como a pandemia de Covid-19 expôs ainda mais as mulheres a situações de vulnerabilidades e violências, já que passaram a conviver mais tempo em suas residências com seus agressores. Esse cenário se estende à sociedade maranhense, cuja pesquisa realizada pela Rede de Observatórios da Segurança (CESEC, 2022) confirma que a cada 72 horas, uma mulher foi vítima de alguma tipificação da violência no Maranhão.

No caso da capital, São Luís, trabalhos como os de Lemos e Santos (2017) e Bezerra (2021) apontam para uma naturalização das violências contra a mulheres, em especial, aquelas ocorridas dentro dos espaços da casa e perpetrada por integrantes do núcleo familiar. Analisando os dados da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís a respeito dos casos de violências e pedidos de medidas protetivas entre os anos de 2012 a 2016, Lemos e Santos (2017) evidenciam uma prevalência de mulheres vítimas jovens, de baixa escolaridade e inseridas em níveis sociais de baixa renda, com trabalhos informais ou em serviços sem garantias trabalhistas, sendo a profissão majoritária de empregada doméstica.

Essa mesma característica é observada nos estudos de Bezerra (2021), que analisa, além dos dados da Vara de Justiça de São Luís, os boletins de ocorrência da Delegacia Especial da Mulher e os relatórios do Centro de Referência à Mulher em Situação de Violência, em um

período temporal maior, de 2008 a 2018, totalizando mais de 9 mil casos pesquisados. A pesquisa assevera que a maioria das mulheres vítimas tinham um relacionamento afetivo quando foram alvo de violências, sendo casadas ou estando em união estável, conviviam com o agressor na mesma residência e eram dependentes economicamente destes, dificultando o rompimento do ciclo de violência.

Outros dados trazidos pelos estudos de Bezerra (2021) se assemelham com o perfil das entrevistadas desta pesquisa. Nos casos, a maioria tem uma renda que não excede um salário mínimo, ratificando sua hipossuficiência e/ou dependência econômica de terceiros, como familiares de laços consanguíneos ou parceiros afetivos. Esses dados, atrelados ao local onde as violências eram praticadas, sendo preponderante o espaço da casa que, geralmente caracterizado como um ambiente familiar, de aconchego e segurança (DAMATTA, 1997) passou a servir de espaço de perpetuação de abusos.

Nas falas abaixo, quando perguntadas se já sofreram violências nos espaços da casa que moravam ou que trabalhavam e como se sentiam, as entrevistas nos mostram como as relações de poder têm papel fundamental na percepção e representação da casa por essas mulheres.

Entrevistada 1: Eu tava com ele desde meus 14 anos e aí depois do meu primeiro filho ele começou a bater em mim e nunca mais parou. Eu não gostava de ficar mais lá (casa) não, mas ia fazer o que? Eu já tinha fugido da casa de mamãe por que ela também me judiava que só, pensei que com ele eu ia parar de apanhar, mas não... foi pior. Eu tinha muito medo dele, de fazer mal pro nosso filho, queria fugir, mas não tinha pra onde. Quando não tinha nada (violência) eu me sentia bem em casa, de ter algo meu, mas quando começou eu já queria fugir, não queria ficar lá, e foi assim até que a gente se separou (...). Aí comecei a trabalhar em casa de família por que eu não trabalhava antes, aí comecei. Nossa, mas os primeiros (trabalhos) foi horrível. Teve uma vez que eu tava no meu quarto lá na casa deles (dos patrões) me arrumando e ele (o patrão) entrou e eu tava me vestindo e judiou de mim né (lágrimas nos olhos, voz trêmula, levando a mão ao peito) e eu dizia que não e ele me segurava a força. Eu não disse nada pra esposa dele por que ela tinha um monte de problema, pressão, nas pernas, no coração e eu não queria né que ela passasse mal. Aí eu não me banhava mais lá, só fiz essa vez, mas ele (o patrão) ainda tentou de novo pra cima de mim quando tava arrumando as roupas aí eu saí de lá, fui embora e não voltei mais. Eu fiquei muito mal assim, não conseguia mais voltar a trabalhar, me dava pânico, sabe, eu me tremia, me dava uma choradeira que eu não conseguia controlar. Hoje eu voltei a trabalhar, mas com outra família, mas eu ainda fico assim, esperta né (...) fico de olho em tudo que é canto, não me sinto à vontade assim não.

Entrevistada 2: Quando ele (ex-cônjuge) me batia eu não queria ficar em casa, mas eu ficava, por que se fugisse podia ser pior, né? Mas tinha vez que eu chegava em casa e já via que ele tava bêbado eu partia pra casa da minha mãe, voltava só no outro dia (...) não queria ficar lá não, tinha medo (...) eu não me sentia bem lá não, chorava toda hora, até que decidi ir me embora de vez.

Entrevistada 3: Assim, na época que ele não me batia eu me sentia bem, né, eu gostava. Me sentia bem de ter a minha casa, de ter a minha casa mesmo. De ter um lugar pros meus filhos, entendeu? Mas quando dava as doida nele (lágrimas nos olhos e voz trêmula) eu tinha medo, eu tinha muito medo, né, até dele ir pra cima dos meus filhos. Mas ainda bem que ele não machucava as crianças não. Aí foi assim até ele me largar,

ele me deixou a casa, eu vendi e comprei outra pra mim. Mas eu vendi essa com muito custo, entendeu? (...)

Assim eu nunca me portei errado na frente deles (os patrões), né, então eles nunca me trataram assim errado por que eu nunca fui com saliência, responder com saliência pra eles, né. Mas a gente se sente... a gente não é dono; eu me sentia que eu não era dona, né, eu me sinto dona da minha e lá eu era só simplesmente uma empregada, né, como uma pessoa assim que nem pertence ali, né, que ia só pra fazer as coisas. Assim, pra dizer que eu não sofri, eu tinha era medo do ex-marido dela. Medo assim, quando você vai trabalhar com uma pessoa que só fala com você gritando, xingando? Ele era assim. Até em abrir um portão eu já ficava... eu só fazia as coisas era chorando, com medo dele gritar comigo, me xingar, entendeu? E quando eu fui trabalhar com ele eu fiquei mais assim, com aquele trauma, entendeu? Por que ele falava gritando com a gente. Por que ele era tão chato que ele falava “esse beiju não tá direito, ta seco!” e jogava no chão e ela também era outra chata, a dona. Até que um dia eu garrei minhas coisas e deixei tudo e fui me embora, chorando. Às vezes ele me ligava e eu ficava chorando. As meninas que diziam assim “tu não pode ver ele que tu já fica morrendo de medo, se tremendo” e era por que eu sofria assim, era medo, ansiedade, era um medo. Por que ele falava gritando, botando medo em ti, entendeu? Aí eu só ficava na cozinha.

Entrevistada 4: Ah eu não gostava de ficar lá não (casa dos patrões) por que eles brigavam muito e sobrava até pra mim. Quando eles brigavam, que ele (o patrão) dizia que eu era puta, sem vergonha, rapariga do jeito da mulher dele, eu pegava minhas coisas e ia me embora, entendeu? Por que eu me sentia com medo e aí tinha vezes que eu me trancava no quarto. Aí teve uma vez que eu peguei as meninas (filhas do casal) e botei pra dentro do meu quarto, se não ele batia nelas, e ele ficou tentando arrombar a porta. Eu sozinha com as meninas no quarto, elas gritando e ele metendo o terror dentro de casa, aí ele me esculhambava era muito, me chamava só de puta, que eu era uma puta do jeito dela (da patroa).

A predominância da violência nos relacionamentos, sejam eles afetivos ou profissionais como expostos nas falas das entrevistadas, expõe mulheres de forma preeminente a situações de abusos e restrições, levando a mudanças em suas relações sociais e espaciais, apreendidas nos usos cotidianos dos espaços. Nas entrevistas vemos que a casa ou o lar são caracterizados como espaços de vivências e espaços de conflitos, que acionam determinadas emoções, códigos culturais e expectativas de desempenho de papéis de gênero que não são acionados na esfera pública, e levam a situações e relações violentas.

O impacto das violências na vida das mulheres modifica suas relações socioespaciais, e o espaço da casa, como o principal local onde ocorrem as violências contra as mulheres, é representado por elas como um espaço dicotômico. Por um lado, segurança e tranquilidade (quando o agressor não está ou quando ainda não haviam abusos), por outro, aversão e medo (quando fugiam da casa para um local que consideravam abrigo, como a casa da mãe, ou quando saíam da casa local de trabalho quando se sentiam ameaçadas).

Quando o corpo dessas mulheres foi violado, e seu espaço mais íntimo abusado, vemos com suas falas que as experiências de agressão modificaram a representação que tinham do espaço da casa e também seus comportamentos, impactando de grande maneira em sua saúde mental. Essas mulheres, pobres, moradoras de bairros periféricos e predominantemente negras,

carregam consigo não apenas as marcas de gênero, mas, ainda, características identitárias que se interseccionam e trazem pesos às suas relações socioespaciais cotidianas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tomando como base a pesquisa “AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ESPAÇO DA CASA: a perspectiva da violência de gênero sob a ótica de trabalhadoras domésticas em São Luís, Maranhão”, apresentamos as discussões pautadas nas entrevistas de mulheres trabalhadoras domésticas, vítimas de violências domésticas, e suas representações sociais do espaço da casa.

Buscamos compreender se a casa representa, para essas mulheres, uma dimensão dicotômica, visto que este espaço é sinônimo de abrigo e segurança, mas foi utilizado por agressores para perpetrar violências contra elas. Levando em consideração que o fenômeno da violência impacta as relações de mulheres, vemos como suas representações sociais em relação aos espaços se mostram variadas.

Transpassados por relações de poder, por elementos ideológicos, culturais, políticos e entre outros, e por características identitárias variadas, os estudos de gênero e de representações sociais dão visibilidade a indivíduos e grupos que historicamente estiveram marginalizados ou generalizados nas análises geográficas, destacando como a interseccionalidade de múltiplas opressões e identidades impactam nas relações socioespaciais.

Destacamos como as violências perpetradas contra mulheres nos espaços da casa, casa própria ou enquanto local de trabalho, modifica não apenas suas representações sociais, mas também como se relacionam com estes espaços. As entrevistas revelam como os abusos impactam seu cotidiano e sua saúde, criando cicatrizes profundas que as levam a perceber e viver os espaços de modos diferentes.

Ao trazer as principais contribuições das abordagens de gênero e dos estudos de representações sociais para as discussões do conceito geográfico de espaço, objetivamos demonstrar como as abordagens enriquecem as análises geográficas e como os diferentes sujeitos produzem e reproduzem os espaços. Deste modo, se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do artigo.

## **REFERÊNCIAS**



AVILA, Maria Betania de Melo. O tempo do trabalho das empregadas domésticas. 319 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco – PE, Recife, 2009.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

BEZERRA, Amanda Ribeiro. **A espacialização da violência contra a mulher em São Luís**. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro: D.O.U., 1940.

BRASIL. **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Brasília: D.O.U., 2006.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº. 72, de 2 de abril de 2013**. Estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília: DOU, 2013.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 150, de 1 de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e dá outras providências. Brasília: DOU, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CESEC. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. **Retratos da Violência: novos dados do Maranhão e Piauí**. São Luís: CESEC, 2022.

CLAVAL, Paul. A Geografia e a percepção do espaço. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 45., v. 2., p. 243-255, Abr.-Jun. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

COLOMBARA, Mónica; PELIZZARI, Viviana. Violencia Doméstica: ¿cuestión privada o pública? – su estado em América Latina. In: **Primeras Jornadas Latinoamericanas de Género y Geografía**. Buenos Aires: Universidad de Lomas de Zamora, 1999. p. 01-16.

COSTA, Francilene Soares de Medeiros. **A diarização do trabalho doméstico remunerado no Brasil e os dilemas atuais da (des)proteção social**. 208 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – SP, Presidente Prudente, 2017.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.



FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. In: **Revista Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 14, n. 28, p. 139 -152, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>>. Acesso em: 25 de novembro de 2022.

GARCÍA RAMON, Maria Dolors. Para no excluir del estudio a la mitad del género humano: un desafío pendiente en geografía humana. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 9, p. 27-48. 1989.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAN, Diana. Genero y territorio: la violencia doméstica en espacios de vulnerabilidad y exclusión social – notas a partir de un caso en Argentina. In: SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. p. 281-300.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. 4. Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEMOS, Karla Oliveira Vieira de; SANTOS, Tereza Luciana Ferreira. **Violência contra a mulher**: dados estatísticos dos anos de 2012 a 2016, da Vara Especializada da Comarca de São Luís, MA. São Luís: Instituto de Ensino Superior Franciscano, 2017.

MCDOWELL, Linda. Género, identidad y lugar. Madrid: Cátedra, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: Teoria e Crítica**: o saber posto em questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

OKIN, Susan Moller. Gênero, público e privado. In: **Estudos feministas**, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/02.pdf> >. Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

PEIXOTO, Danielle Faria. **Espaços de medo**: a domesticidade da violência de gênero na cidade do Rio de Janeiro. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ, Rio de Janeiro, 2018.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Luta por direitos**: movimentos sociais de direitos humanos em São Luís durante a década de 1980. 209 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba – PB, João Pessoa, 2015.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. As Etnias e os Outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. In: **Espaço e Cultura**, n. 17-18., p. 77-89., Jan.-Dez. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.



ROSE, Gillian. **Feminism and Geography: the limits of geographical knowledge.** Cambridge: Polity Press, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade.** 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644541> >. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, n. 8., v. 1., p. 31-45., Dez.-Fev. Ponta Grossa: UEPG, 2003.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. A presença da ausência: um paradoxo geográfico. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. 1.], v. 26, n. 2, p. 90-110, 2022. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.195614. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/195614>. Acesso em: 19 nov. 2022.